

Relatório do Planejamento Estratégico do MGI 2023-2027


Setembro/2024





Objetivo estratégico


OE 2 - Valorizar as servidoras e os servidores públicos para pleno exercício de suas funções e melhoria da qualidade do serviço prestado, aprimorando concursos e carreiras, promovendo a profissionalização da burocracia e a democratização das relações de trabalho.


Iniciativas Estratégicas


Aprimoramento da Comissão Ex-Territórios 


Negociação das demandas da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) 


Implementação do Plano de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública Federal 


Regulamentação da negociação coletiva no âmbito da Administração Pública Federal 


Instituição da Unidade Gestora Centralizada dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União (Uniprev) 


Realização do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) 

Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) 

Reestruturação do sistema de carreiras 

Transformação digital em gestão de pessoas 

Consolidação do ciclo laboral do servidor com enfoque no desenvolvimento, desempenho individual e gestão estratégica de pessoas 

Fortalecimento da gestão do atendimento a aposentados e pensionistas, da gestão documental e da gestão de pessoas dos ex-territórios 

Principais entregas do período

A **Fábrica de Digitalização** tem permitido a transformação digital dos assentamentos funcionais físicos de servidores aposentados e pensionistas. Resulta na disponibilização digital de documentos proporcionando segurança, praticidade, automação e transparência. Por meio de parceria com associação de pessoas com deficiência (PcD), 55 PcDs estão atuando com o objetivo de digitalizar cerca de **20 milhões de imagens dos acervos** até 2026, sendo 7 milhões, em 2024

Publicação da Portaria MGI nº 5.127, de 13 de agosto de 2024, com **diretrizes gerais para orientar as propostas de criação, ampliação e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos no serviço público**, contribuindo com o aprimoramento gradual e coerente da gestão pública na organização da força de trabalho do Estado.





Coordenação dos trabalhos que resultaram nas **normas estruturantes da política de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação na Administração Pública Federal**. Numa parceria com vários órgãos, esse esforço visa institucionalizar e disseminar ações para inibir todas as formas de violência nas relações de trabalho no serviço público

Em 2024, **15 órgãos aderiram ao Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)**, sendo 13 órgãos do CPNU e 2 outros prioritários (IBAMA e MCidades). Desses, 12 órgãos devem concluir o DFT até setembro de 2024 e os demais até outubro de 2024. Em 2025, espera-se alcançar outros 47 órgãos em uma nova chamada de adesão, considerando os órgãos que solicitaram concurso, bem como os órgãos da Administração Direta.

Concluído o ciclo de **Validação Cadastral** para mais de 1,3 milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas por meio do aplicativo SOUGOV.br, permitindo a obtenção de informações precisas para a tomada de decisões e formulação de políticas públicas. Ainda, foi implantado o **Simulador de Aposentadoria** para fins de planejamento da vida funcional do servidor público, permitindo que os servidores projetem com maior **precisão suas aposentadorias**.

45 acordos de reajuste firmados (2023-2024), beneficiando 98,2% dos servidores civis do Executivo federal. Junto ao **reajuste de 9% para todas as carreiras** (2023), esses acordos garantiram a recomposição da inflação estimada para o período do atual governo, acrescida de ganhos reais. E recuperaram parte das perdas decorrentes da interrupção das negociações em governos anteriores.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

-  Ótimo (IDI >= 90%)
-  Bom (90 < IDI <= 70%)
-  Moderado (70 < IDI <= 50%)
-  Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 3 - Liderar e promover a transformação digital da administração pública, em cooperação federativa, com segurança, transparência e foco nas pessoas

Iniciativas Estratégicas

Projeto de Startup GOV.BR



Expansão da Plataforma GOV.BR



Novos contratos da ferramenta de automação de serviços públicos assinados



Implementação da Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD)



Centro de Excelência em Privacidade e Segurança (CEPS gov.br) estruturado



Revisão do arcabouço normativo de acessibilidade digital



Ampliação da Rede Gov.BR



Implementação da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD)



Atualização dos modelos para governança da transformação digital



Minuta do decreto da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) encaminhada



Principais entregas do período

Para maior segurança e melhor experiência no uso da conta GOV.BR, **evoluções foram disponibilizadas ao cidadão**: Comunicação por e-mail ou SMS sobre a CIN digital; Câmera Traseira para validação facial; Comando de Voz no Liveness; Integração com bancos; fluxos melhores de reconhecimento facial, aumento de nível da conta e prova de vida; verificação do estado de consulta

A **Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD)** 2024-2027 visa articular e direcionar as iniciativas de governo digital entre os entes federados, ampliar e simplificar o acesso do cidadão aos serviços públicos por recomendações que promovem transformação digital, eficiência, transparência, acessibilidade, e fortalecem a participação cidadã e a inovação tecnológica.

Com base na ENGD, o governo federal publicou a **Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD)**, que estabelece iniciativas e metas para nortear as ações de todos os órgãos federais no eixo de governo digital de 2024 a 2027, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI >= 90%)
- Bom (90% < IDI >= 70%)
- Moderado (70% < IDI >= 50%)
- Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 4 - Consolidar o sistema de identificação e implantar a Carteira de Identidade Nacional em todo o país, ampliando o acesso aos serviços públicos e a confiança na relação com a população

Iniciativas Estratégicas

Implementação e expansão do sistema de identificação e nova Carteira de Identidade Nacional

Principais entregas do período

Os 26 estados e o DF já emitem a **nova Carteira de Identidade Nacional**, que integra os dados de identificação do cidadão de forma segura, reduzindo fraudes e custos para sociedade, estabelecendo confiança e integridade. Assim, nos processos que envolvem a interação entre o cidadão e o Estado, os serviços serão oferecidos de forma proativa e com maior segurança.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI > = 90%)
- Bom (90% < IDI > = 70%)
- Moderado (70% < IDI > = 50%)
- Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 5 - Aperfeiçoar modelos de compras governamentais e parcerias públicas como instrumentos de indução ao desenvolvimento inclusivo e sustentável do País

Iniciativas Estratégicas

Implementação da Estratégia Nacional de Logística Pública

Implementação da Estratégia Nacional de Compras Públicas

Principais entregas do período

Publicada a Resolução nº 1 da Comissão Interministerial de Contratações Sustentáveis contemplando os ônibus, incluindo os modelos elétricos, e sistemas metroferroviários, que terão **margem de preferência de 10% nas licitações públicas.**

Aprovada a Resolução nº 3 da Comissão Interministerial de Contratações Sustentáveis contemplando a **margem de preferência de 10% para sistemas fotovoltaicos e linha amarela.**

Foram realizados dois pregões para **contratação centralizada de locação de veículos e organização de eventos**, representando maior eficiência, economia e sustentabilidade nas contratações no âmbito do G20

Publicado Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, representando um marco importante na **garantia dos direitos trabalhistas** no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Visa coibir práticas de precarização do trabalho e assegurar condições justas e seguras para todos os trabalhadores envolvidos na execução de contratos administrativos.

Foram realizados dois pregões para **aquisição centralizada de veículos e equipamentos agrícolas, totalizando R\$ 618,4 milhões.** Serão **151 unidades atendidas**, gerando uma economia de R\$ 220 milhões de reais em função da concentração de itens licitados em dois processos centralizados.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI > = 90%)
- Bom (90% < IDI > = 70%)
- Moderado (70% < IDI > = 50%)
- Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 6 - Aprimorar o uso e a destinação do patrimônio da União por meio da gestão participativa, racional, socioambientalmente justa, priorizando o atendimento às políticas públicas

Iniciativas Estratégicas

Democratização do Patrimônio da União - Imóvel da Gente ●

Ampliação da promoção da função econômica social sustentável dos imóveis da União ●

Melhoria da governança e da capacidade de gestão institucional da Secretaria do Patrimônio Público da União (SPU) ●

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI > = 90%)
- Bom (90% < IDI > = 70%)
- Moderado (70% < IDI > = 50%)
- Baixo (IDI < 50%)

Principais entregas do período

Estabelecidos o diálogo e a participação social na **destinação de imóveis para políticas públicas** estratégicas do Governo Federal por meio da instalação do Comitê Interministerial do Programa e de 17 Fóruns de Apoio ao Programa nos estados de SP, TO, PE, MG, RN, PB, SC, BA, SE, RS, RJ, AL, PI, PR, AM e GO e no Distrito Federal. A meta é instalar os 27 Fóruns até final de 2024, promovendo a democratização e o cumprimento da função socioambiental do patrimônio imobiliário da União.

Desde o lançamento do Programa de Democratização dos Imóveis da União, foram **regularizadas 6 Unidades de Conservação (UC)** e criado Grupo de Trabalho Interministerial (SPU MMA) para elaborar o Plano de Regularização Fundiária das UCs Federais.

Lançamento da **Plataforma MemóriaSPU**, repositório do acervo documental histórico e institucional da Secretaria do Patrimônio da União, reunindo a base de conhecimento produzido ou de interesse do órgão. Seu objetivo é democratizar o acesso ao acervo do órgão, fomentando a difusão e uso do conhecimento gerado na gestão do patrimônio imobiliário da União (<https://memoria-spu.gestao.gov.br/>)

Das **561 destinações de imóveis para políticas públicas** realizadas até o momento, desde janeiro de 2023, 23 foram para habitação de interesse social, 36 para regularização fundiária em territórios vulneráveis e 502 para outros programas e políticas públicas estratégicas. Foram publicadas 51 portarias reservando imóveis da União para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Dos 51 imóveis reservados, 34 foram selecionados pelo Ministério das Cidades, dos quais 15 já foram destinados e 19 estão em processo de destinação.

Até o momento foram beneficiadas **2.847 famílias de comunidades tradicionais**: uma área cedida à FUNAI para 100 famílias indígenas, 81 Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para 2.471 famílias, uma área transferida ao INCRA para titulação quilombola de 130 famílias e 4 áreas para assentamentos agroextrativistas, beneficiando 146 famílias.

Criação do **Escritório de Projetos e Processos da SPU** resultando em 164 processos catalogados 50 processos de trabalho mapeados



Objetivo estratégico

OE 7 - Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, assegurando o direito à informação e à memória do País

Iniciativas Estratégicas

Criação do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) para gestão da informação, documentos e arquivos ●

Implantação de laboratórios de preservação ●

Aperfeiçoamento da Política Nacional de Arquivos ●

Identificação de fundos arquivísticos com foco em gênero e raça dos acervos institucionais ●

Implantação do Programa de Aceleração do Sistema de Gestão de Arquivos e Documentos (SIGA) – Acelera SIGA ●

Principais entregas do período

O **Levantamento de Índice de Maturidade (LIM)** avalia a conformidade dos órgãos do Siga com as melhores práticas de gestão documental e identifica ações para aumentar sua efetividade. O **Índice de maturidade em gestão de documentos (IMGD) de 126 órgãos** foi levantado, permitindo compreender a realidade dos arquivos e facilitar respostas a emergências, como as enchentes no Rio Grande do Sul.

Foi desenvolvida uma ferramenta para órgãos da APF que calcula a **massa documental acumulada**, atendendo a uma demanda da CGU. O objetivo é estimar os custos da falta de gestão documental adequada, ajudando gestores a otimizar recursos e economizar dinheiro público. Após ajustes finais do Arquivo Nacional, a ferramenta será disponibilizada no site.

O Programa visa identificar necessidades de capacitação dos órgãos, aprimorar orientações técnicas e treinar servidores. Em 2024, essas ações foram essenciais para a **recuperação de acervos documentais afetados por inundações no RS**, com cerca de **R\$ 14 milhões alocados**, via medida provisória, a 22 órgãos para o tratamento dos documentos danificados.

Acesso a **acervos documentais públicos** garante o direito à informação e à memória. Isso fortalece a transparência, a participação social e a eficiência do Estado. Para aumentar a disponibilidade de documentos digitais e preservar o patrimônio documental, foi realizado um **diagnóstico e mais de 1,7 milhão de documentos** foram disponibilizados à sociedade.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI >= 90%)
- Bom (90% < IDI >= 70%)
- Moderado (70% < IDI >= 50%)
- Baixo (IDI < 50%)




Objetivo estratégico


OE 8 - Fortalecer as empresas estatais, com adequada governança corporativa, revalorizando a propriedade pública e seu papel no desenvolvimento inclusivo e sustentável do país

Principais entregas do período





Com o intuito de fortalecer a governança das empresas, estão sendo desenvolvidos, dentre outras iniciativas, cursos de capacitação para conselheiras(os) de administração. Esta iniciativa, que busca uma **administração pública mais qualificada, transparente e efetiva**, terá início com a realização de aula inaugural (**Aula Magna**), além de **cinco aulas temáticas** com os diretores da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), com foco especial sobre governança, orçamento, políticas de pessoal e inovação e inteligência nas estatais, a serem realizadas em outubro de 2024.

Iniciativas Estratégicas

Implementação de novo arranjo institucional de coordenação e supervisão das empresas estatais 

Fortalecimento de capacidades nas empresas estatais para o aprimoramento da atuação de suas estruturas de governança 

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

-  Ótimo (IDI > = 90%)
-  Bom (90% < IDI > = 70%)
-  Moderado (70% < IDI > = 50%)
-  Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 9 - Aprimorar os processos e serviços de gestão patrimonial, com transformação digital e foco no cidadão

Iniciativas Estratégicas

Intensificação da transformação digital dos processos e serviços com foco no cidadão ●

Aprimoramento do controle dos imóveis da União ●

Principais entregas do período

Implantação de **plano de melhorias na contabilidade patrimonial** para garantir uma evidenciação contábil adequada e um balanço mais realista. O plano foi concluído em junho de 2024, com a publicação da Portaria SPU/MGI nº 4.393, de 24 de junho de 2024

Até o momento, foram realizadas 228 audiências públicas no âmbito do Plano Nacional de Caracterização, 17 comissões constituídas, sendo 5 concluídas e 12 em andamento. **Terrenos demarcados: 86.720 km de terrenos marginais e 15.100 km de terrenos de marinha** envolvendo os estados: Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins

Lançamento do Módulo de Gestão de Atos e Contratos de Destinação (MGC) do SPUnet e do Painel de Contratos de Destinação. O MGC compreende ferramenta de elaboração e gestão dos atos e contratos de destinação dos imóveis administrados pela SPU, e já possibilita a padronização e controle de 100% dos contratos de destinação tendo por objeto imóveis de uso especial.

Lançada uma **nova versão do Portal de Serviços da SPU**. Com um design mais intuitivo e com maior destaque para as categorias de serviços mais demandadas, buscou **qualificar e simplificar a prestação de serviços ao cidadão**. Essa iniciativa, parte do projeto Startup SPU +Ágil, em parceria com a Secretaria de Governo Digital (SGD) busca reformular os serviços mais solicitados, melhorar o atendimento e reduzir os prazos de resposta.

A implantação do **sistema SPUnet** continua contribuindo para a consolidação de uma base única para a gestão do patrimônio imobiliário da União. Como resultado constam a consolidação do cadastro de novos imóveis, produção de dados cartográficos em uma única base de dados e a geração e assinatura dos contratos de imóveis

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI > = 90%)
- Bom (90% < IDI > = 70%)
- Moderado (70% < IDI > = 50%)
- Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 10 - Aperfeiçoar estruturas de atuação governamental, modelos de governança e gestão para mais e melhores políticas públicas

Iniciativas Estratégicas

Aperfeiçoamento e modernização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ●

Construção do novo marco do setor público ●

Ampliação do Programa Nacional de Gestão e Inovação ●

Aperfeiçoamento das parcerias e transferências da União ●

Aperfeiçoamento de estruturas organizacionais e da gestão ●

Aprimoramento dos sistemas de gestão ●

Expansão do processo eletrônico nacional ●

Principais entregas do período

O **processo de migração do Sistema do Cadastro Ambiental Rural – Sicar** para a infraestrutura da Dataprev, sob gestão do MGI, foi finalizado em maio de 2024. Após a migração, o sistema passou por uma fase de estabilização e foi plenamente finalizada em setembro. O fim da estabilização foi marcado pela retomada da operação de todos os módulos e funcionalidades do sistema.

Implementada **Central de Atendimento** para todas as carreiras, garantindo capacidade de atendimento das solicitações de serviços de órgãos e servidores, com ganho de escala, sem acréscimo de pessoal na equipe, tendo em vista que houve aumento de 35% do público em função da incorporação da carreira de ATPS e há precisão de mais 35% em função do CNPU

Desenvolvido **módulo de transferências especiais** na plataforma Transferegov.br, atendendo prontamente à decisão do STF, garantindo a rastreabilidade das transferências especiais.

O PL 2252/22, que estabelece **normas para concursos públicos** e tramitava há mais de vinte anos, recebeu melhorias e contribuições de diversos órgãos e entidades. Aprovado no Senado em agosto de 2024 e sancionado em setembro como a Lei nº 14.965, a nova legislação **traz segurança jurídica às instituições públicas, harmoniza regras e facilita a contratação de servidores qualificados** para a gestão do Estado.

Foram formalizados **2,3 mil Termos de Compromisso do Novo PAC** com obras na plataforma Transferegov.br, com montante de **R\$ 21,2 bilhões**. No que se refere a não obras, foram formalizados 200 termos, totalizando R\$ 548,8 milhões no período.

Desenvolvido **novo sistema informatizado para o Programa de Gestão e Desempenho dos servidores públicos federais**, representando um avanço significativo para uma gestão pública mais eficiente, transparente e orientada para resultados.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI >= 90%)
- Bom (90% < IDI >= 70%)
- Moderado (70% < IDI >= 50%)
- Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 11 - Consolidar e gerir a infraestrutura nacional de dados para facilitar a governança, a integração e o uso de dados nas políticas públicas com segurança, respeito à privacidade e à proteção das informações

Iniciativas Estratégicas

Implementação da Infraestrutura Nacional de Dados (IND)



Principais entregas do período

A Portaria SGD nº 4.444/2024 visa prevenir o excesso de notificações e obter **maior efetividade na comunicação do Estado com o cidadão**, por meio de **canais digitais pessoais**. Utilizada para informar sobre a realização de um serviço, a garantia de um direito ou o cumprimento de um dever, para que tenha seu interesse individual atendido.

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI > = 90%)
- Bom (90% < IDI > = 70%)
- Moderado (70% < IDI > = 50%)
- Baixo (IDI < 50%)



Objetivo estratégico

OE 12- Formar e desenvolver as competências dos agentes públicos, necessárias para melhor servir à sociedade, com agilidade e inovação adaptadas aos contextos dinâmicos

Iniciativas Estratégicas

Formação inicial de servidores federais

Fortalecimento de capacidades federativas

Implementação do Programa de transformação do setor público

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI >= 90%)
- Bom (90% < IDI <= 70%)
- Moderado (70% < IDI <= 50%)
- Baixo (IDI < 50%)

Principais entregas do período

80 novos servidores do IPEA preparados para atuarem com ética, responsabilidade e excelência no serviço público. A primeira etapa do curso, oferecida pela Enap, contou com 120h sobre Estado, Democracia e Cidadania e 40h sobre Planejamento Governamental e Gestão Estratégica. Os servidores seguem agora para a segunda etapa, oferecida pelo IPEA, com 160h em temáticas específicas.

A Enap sediará o principal **congresso da Ibero-América sobre Estado e Administração Pública**, que está com inscrições abertas até 25 de novembro. São esperadas 2 mil pessoas no evento, que discutirá a **“A transformação necessária para um Estado inclusivo, democrático e efetivo”**. O congresso ocorrerá de 26 a 29 de novembro.

Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe e Roraima já possuem sua página na **Escola Virtual.Gov** para capacitação de seus servidores e cidadãos. São mais de **500 mil certificados emitidos pela Enap** para estados e municípios somente em 2024.

Mais de 50 secretários estaduais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste foram **capacitados** em planejamento estratégico, relações federativas, governo digital e gestão pública inclusiva. O curso contribui para a implementação de políticas públicas sustentáveis, inovadoras e inclusivas a partir do território. A região Sul será contemplada no início de 2025.

Cursos sobre Transformação Digital, Orçamento Público e Licitações e Contratos foram realizadas no Piauí, Ceará, Paraná e Maranhão em parceria com as escolas de governo estaduais. Os servidores poderão contar com cursos presenciais, em seu próprio estado. Em novembro de 2024, novos docentes serão formados em diferentes cidades para ampliar a oferta de turmas no Brasil inteiro.



Objetivo estratégico

OE 13 - Prover serviços de suporte compartilhados e difundir soluções inovadoras e de alta qualidade para toda administração pública federal

Iniciativas Estratégicas

Ampliação e aprimoramento do ColaboraGov ●

LEGENDA IDI - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA INICIATIVA

- Ótimo (IDI > = 90%)
- Bom (90% < IDI > = 70%)
- Moderado (70% < IDI > = 50%)
- Baixo (IDI < 50%)

Principais entregas do período

O **SplitGov 1.0** representa um marco importante na modernização da gestão financeira, proporcionando maior eficiência e transparência na gestão de recursos no âmbito do ColaboraGov. Os módulos de rateio de custos com imóveis, orçamento e gestão de usuários já estão em operação.

A implementação do Sistema **PETRVS** representa um avanço significativo na gestão por desempenho. O novo sistema do Programa de Gestão por Desempenho está pronto para ser adotado em larga escala, atualmente 28 instituições aderiram ao serviço disponibilizado pelo ColaboraGov..

Divulgação da experiência ColaboraGov. O projeto alcançou destaque em eventos nacionais e internacionais. Um artigo detalhando o modelo foi apresentado no XLVIII Encontro da ANPAD. Além disso, no XXIX Congresso Internacional do CLAD, o painel "Experiências ColaboraGov" foi aprovado, evidenciando o interesse da comunidade acadêmica pela iniciativa.

O Sistema **AVALIA** foi desenvolvido com o objetivo de oferecer uma solução completa para a avaliação de desempenho individual no âmbito do ColaboraGov. A plataforma, que já está sendo utilizada pelas unidades para a pactuação de metas com as equipes. A disponibilização do AVALIA permite um processo de avaliação de desempenho mais eficiente e transparente.

A avaliação do ColaboraGov está em andamento. A primeira entrega nessa atividade foi a pesquisa de uso e satisfação com os sistemas Compartilha Gestão e Compartilha Serviços, que concentram as demandas para os serviços de suporte. A ação visa a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelo ColaboraGov.

Painel de Acompanhamento Contratações que promove transparência, ao permitir que os solicitantes possam saber em que fase uma demanda se encontra, por meio de filtros assertivos e diversos status de atendimento, desde a fase interna.